

ESTUDANDO AS METAS 12,13 e 14

PLANO NACIONAL / PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A cada semana a Secretaria de Educação de Itatiba está apresentando uma das metas do Plano Nacional de Educação, a fim de garantir a divulgação, reflexão e o debate das 20 metas para toda a comunidade escolar, conselhos e segmentos representativos da sociedade que trabalharão na comissão organizadora e Câmaras Temáticas que farão parte do Fórum Municipal de Educação.

Desvendando o PNE: Ensino Superior deve abrir horizontes

Por Juliana Sada adaptado

Fonte: Centro de Referências em Educação Integral

As metas 12, 13 e 14 do Plano Nacional de Educação (PNE) apontam para a tarefa de expandir vagas no ensino superior, defendem a sua qualidade e o aumento de mestres e doutores na população brasileira.

Meta 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público.

Meta 13: elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% sendo, do total, no mínimo, 35% doutores.

Meta 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 mestres e 25.000 doutores.

A expansão do acesso ao ensino superior pela população brasileira busca o aumento dos anos de estudos da população e o estímulo à produção de conhecimento.

Ainda que sejam numéricas, as metas demandam uma reflexão acerca do modelo de ensino superior que se irá promover. As mudanças na dinâmica social, no mundo do trabalho e nos paradigmas de produção de conhecimento, entre outras trazidas pelo

século XXI, impactam todos os níveis educacionais, e as universidades não devem ficar alheias a isso.

“Há uma necessidade de mudança de paradigma na educação, pois hoje temos novas perspectivas, por exemplo, no mundo do trabalho e na produção de conhecimento, que está menos hierarquizada”, explica a diretora da Associação Cidade Escola Aprendiz, Helena Singer. “A própria produção científica é diferente, ciência de ponta se faz de forma interdisciplinar e transversal. A educação integral responde a estas novas demandas.”

Diversas universidades, como a tradicional Harvard, vêm reformulando seus modelos para se adequar às demandas contemporâneas. No Brasil, o processo ainda é mais incipiente, mas já ocorre. Interdisciplinaridade, autonomia do estudante, trabalho em grupo, desenvolvimento do pensamento crítico e flexibilidade curricular são elementos que aparecem quando se debate um novo modelo para o ensino superior.

Uma das instituições que se propuseram a pensar em um novo modelo é a Universidade Federal do ABC (UFABC) que já nasceu em 2006 como um modelo diferente. “A proposta vem dos debates da reforma universitária. Estamos pensando uma universidade de ponta para o século XXI, oferecendo um currículo mais flexível e diversificado”, explica o pró-reitor de Graduação da UFABC, José Fernando Queiruga Rey.

Integração entre os saberes

Ao ingressarem na UFABC, todos os alunos passam por um ciclo básico – de ciência e tecnologia ou de ciências e humanidades– de três anos, e de onde saem com um título de bacharel. Na sequência, podem optar por outros caminhos de especialização ainda na graduação.

“No primeiro ciclo, há uma forte formação conceitual e uma formação geral onde o estudante se apropria dos grandes problemas contemporâneos da humanidade”, relata Rey. A ideia de um engenheiro estudar problemas sociais ou de um filósofo debater modelos energéticos pode soar estranha ou, ao menos, pouco usual. No entanto, Rey aponta a importância da formação cidadã. “O profissional continua inserido em um contexto social, ele tem que saber dialogar com a sociedade, não adianta apenas ser um ótimo engenheiro.”

Para Helena Singer, a produção de conhecimento deve estar conectada às questões do país e do mundo. “As universidades não devem ser um laboratório fechado, onde as pessoas vão se aprofundando em um conhecimento desconectado da realidade. O conhecimento deve dialogar com a sociedade e ser construído entre o pensamento acadêmico e o não científico.”

Em perspectiva complementar, o pesquisador do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) Paulo Corbucci destaca a importância das pesquisas retornarem à sociedade. “A Universidade tem um papel fundamental na produção do conhecimento e é importante que ele possa ser transformado em bens e serviços a favor da população e que possa, por exemplo, subsidiar a solução dos problemas sociais, e não que seja uma produção de conhecimento que fica engavetada.”

Corbucci ressalta que as áreas de conhecimentos devem estar integradas para dar conta de responder às demandas da realidade e defende que as universidades trabalhem por temas ou problemas, ao invés de disciplinas. “O grande problema da formação de especialista é que ele perde a noção de conjunto. Nas universidades existe uma setorialização, uma área não conversa com a outra e se perde a integração” aponta o pesquisador. “Os problemas sociais são complexos, você nunca vai ter uma solução a partir de uma abordagem apenas.”

Para Helena Singer, o ensino superior tem que trabalhar na perspectiva de integração de conhecimentos. “A partir disso e de seus interesses, os estudantes podem ir trilhando seus caminhos que podem ser organizados em áreas temáticas ou projetos”, explica.

Caminhos a serem construídos

Além da UFABC, outras instituições brasileiras também estão se propondo a oferecer um ensino superior baseado em outro modelo. Ao menos 16 universidades federais adotam o modelo do ciclo básico, com o bacharelado interdisciplinar. “A Universidade Federal do Sul da Bahia tem um projeto muito ousado, com criação de licenciaturas interdisciplinares”, aponta Rey.

“Algumas universidades já estão buscando fronteiras do conhecimento mais do que manter caixinhas separadas de cada saber e estão realizando pesquisas acadêmicas mais inovadoras. Isto deveria ser a tendência para o ensino superior”, conclui Helena Singer.

Texto na íntegra:

<http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-na-midia/indice/31516/desvendando-o-pne-ensino-superior-deve-abrir-horizontes/>

As estratégias das Metas 12, 13 e 14 da LEI 13005/2014 estão disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm

Acesso a LEI:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm

Acesse e leia mais:

- ✓ Observatório do Plano Nacional de Educação - uma ferramenta importante a ser consultada pelos interessados. O Observatório do PNE (www.observatoriodopne.org.br), plataforma online, que tem como objetivo monitorar os indicadores referentes a cada uma das 20 metas do Plano Nacional de Educação (PNE) e de suas respectivas estratégias, e oferecer análises sobre as políticas públicas educacionais já existentes e que serão implementadas ao longo dos dez anos de vigência do Plano.
- ✓ Planejando A Próxima década – contruindo os Planos de Educação:
http://pne.mec.gov.br/?pagina=metas_municipio
- ✓ Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle:
<http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php>